



COMAM
CONSELHO MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE
SAO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14hs e 30 minutos, a Presidente Angela saudou os presentes e abriu a primeira plenária do COMAM em 2026. Ela destacou a extensa pauta e convidou o secretário Marcelo Manara, o vice-presidente Juarez e o doutor Teles para compor a mesa. Em seguida, Angela iniciou os informes, anunciando a alteração de membro do poder público no CONFICS da Agência Ambiental, com a saída do secretário Marcelo Manara e a entrada do vice Juarez. Ela também comunicou a alteração na Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, com a saída de Leonardo Magno e a entrada de João Luiz Godoy, do Rotary. Por fim, solicitou que Eduardo Montesi apresentasse uma colocação sobre o PMGIRS, Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Eduardo Montesi, cumprimentou a todos e apresentou o status atualizado dos trabalhos para a revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São José dos Campos, iniciando de onde a discussão anterior no COMAM havia parado. Em 10/09, obteve-se aprovação de aporte financeiro de R\$ 605 mil pelo Fundo Municipal de Conservação Ambiental (FUMCAM). Em 24/10, com base no inciso décimo quinto do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Divisão de Desenvolvimento Ambiental da Diretoria de Gestão Ambiental da SEURBS iniciou pesquisa de preços junto a quatro fundações de apoio para realização dos trabalhos de revisão do PMGIRS. Aos 30 e 31 de dezembro de 2025, após o envio de e-mails com termo de referência do plano de trabalho, aprovado pelas Câmaras Técnicas de Saneamento e Resíduos Sólidos do COMAM, cronograma físico-financeiro e pedido formal de cotações, as fundações encaminharam seus orçamentos: Fundação para a Pesquisa, Desenvolvimento, Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), R\$ 860 mil; Fundação de Apoio, Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura (FAPETEC), R\$ 820 mil; Fundação de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia (FDTE), R\$ 900 mil; e Fundação de Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), R\$ 650 mil. Em 10/11/2025, as fundações supracitadas foram instadas a apresentar acervo técnico comprovando experiência na elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. Aos 13 e 14 de novembro, apenas três responderam: FUNDACE, FAPETEC e FESPSP, com suas respectivas documentações. Em

05/01/2026, foi divulgada a Portaria Conjunta nº 01/SEURBS-SMC-SAJ-2026, que instituiu comissão de estudos técnicos com representantes da SEURBS, SMC e SAJ para contratação de serviços especializados na revisão do PMGIRS. Em 22/01/2026, com base em relatório contendo toda a documentação das três fundações, a Comissão de Estudos Técnicos realizou reunião online para discutir, analisar e escolher a entidade prestadora de assessoria e consultoria nos debates públicos e na construção da revisão do PMGIRS. Registrada em ata a ausência das fundações FAPETEC e FUNDACE, escolheu-se por unanimidade, após oitava, a FESPSP para prosseguimento do processo de contratação. No momento, finalizam-se as documentações conforme Decreto Municipal nº 19.637/2024, para análise do Departamento de Planejamento, Gestão e Recursos (DPGR) e elaboração do contrato com a entidade selecionada. Montesi concluiu que se tratava de uma atualização dos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Desenvolvimento Ambiental e Mudanças Climáticas da SEURBS. Secretário Marcelo Manara cumprimentou a presidente, a mesa, os participantes presenciais e remotos, e, em seguida, parabenizou Eduardo Montesi e a Diretoria de Gestão Ambiental pelo trabalho, que qualificou como bastante detalhado e minucioso. Ele destacou o apoio de Teles e de Nassur, que contribuíram para garantir segurança jurídica na condução do processo, bem como a atuação do procurador do município, doutor Ronaldo Andrade, que avaliou e acompanhou a construção normativa, dando respaldo para a apresentação do tema ao COMAM, desde a aprovação em plenária, no Conselho Gestor, quanto ao uso dos recursos. Secretário lembrou que se trata de uma ação mandatária, pois o município é obrigado a revisar o plano, sendo que o último PMGIRS data de 2015, o que torna a pauta extremamente importante e justificou a deliberação do Conselho pelo uso dos recursos. Explicou também por que o processo foi conduzido por meio de fundações universitárias: por serem entidades sem fins lucrativos, com forte acervo de trabalhos realizados na área, o que confere maior robustez técnica. Ressaltou que Montesi detalhou o trabalho com cada fundação participante. Agradeceu ainda a Leonardo e a Denis, bem como às Câmaras Técnicas de Saneamento e de Resíduos, enfatizando que se tratou de uma construção coletiva e de um “grande golaço” do COMAM, ao possibilitar esse avanço para o município de São José dos Campos. Em nome da Prefeitura Municipal e do prefeito Anderson Farias, agradeceu ao COMAM, às câmaras técnicas e à prestação de serviço desse colegiado, ao oferecer apoio consultivo a uma política pública tão importante como o PMGIRS. A Presidente Angela agradeceu a Eduardo Montesi e ao



secretário Marcelo Manara. Para cumprir formalidade, ela voltou aos dois tópicos anteriores, submetendo à plenária a alteração de membro do poder público no CONFICS, da Agência Ambiental, com a saída de Marcelo Manara e a entrada de Juarez Domingues; perguntou se todos concordaram com a alteração, nenhuma manifestação contrária, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, submeteu a alteração do membro da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, com a saída de Leonardo Magno e a entrada de João Luiz Godoy, do Rotary; novamente, pergunta se todos concordavam; Nenhuma manifestação contrária, a proposta foi aprovada por unanimidade. Presidente Angela passa a palavra para a conselheira Fernanda Fowler, que aproveitou o assunto para propor: na Câmara Técnica de Arborização, com a saída da conselheira Taciana; inicialmente, havia o Tiago interessado para participar, mas não houve vaga suficiente; assim, propos a alteração, substituindo Taciana. A Presidente Angela questionou se Taciana havia pedido formalmente por e-mail e, confirmada a solicitação pela secretária executiva, submeteu à plenária a alteração de Taciane pelo Tiago. Chamou Tiago para confirmar sua presença e concordância, perguntando qual entidade representava; Tiago confirmou ser da AEA, e Angela considerou perfeito. Com a palavra o conselheiro Marcelo Godoy, do IEPA, que cumprimentou a todos e solicitou: considerando as mudanças nas Câmaras Técnicas, o IEPA havia iniciado na Câmara Técnica de Arborização, mas cedeu vagas por maior interesse de outros; após um período, gostariam de retornar a essa câmara. A Presidente Angela propôs adiar a discussão para a próxima reunião do COMAM, colocando na pauta a apresentação das propostas e submissão à plenária, ou que as partes chegassem a um acordo prévio. Mencionou possíveis interessados como Marcelo Godoy do IEPA e Tiago da AEA, para ocupar a vaga da Taciana que havia saído. Para evitar tumulto, sugeriu votação na próxima plenária se não houvesse acordo; a plenária concordou, mantendo como está. Presidente Angela destacou sugestão do doutor Teles a da secretária executiva Marisa para levantar vagas abertas nas Câmaras Técnicas, pois nem sempre os interessados participam depois, permitindo inclusão de outros. Considerou perfeito e confirmou adiamento para próxima plenária, agradecendo. Com a palavra Leonardo Magno do Rotary, cumprimentou a todos e destacou que, na avaliação da Câmara Técnica, sem desprezecer os engenheiros, a visão técnica do engenheiro difere da perspectiva do gestor em diversos processos. Com sua experiência de mais de dez anos em planos de gerenciamento de resíduos, observou que certames licitatórios priorizam o menor preço, resultando



frequentemente em trabalhos copiados (“control C, control V”) de planos genéricos, sem atualização adequada e personalização local. Por isso, a Câmara Técnica priorizou um plano que fosse “a cara da cidade”, com participação ativa da população de São José dos Campos, aplicável na prática e não apenas arquivado. Esse foi o principal motivo pelo qual endossaram a contratação de uma fundação sem fins econômicos, que traz maior transparência e legitimidade ao processo. Quanto à Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, Leonardo anunciou que estava passando a coordenação, mantendo-se como colaborador; sentindo a missão cumprida com o rito do PMGIRS concluído, citou outras atividades pessoais e indicou que João Luiz Godoy assumiria, acompanhando junto a Wellington e demais membros o processo de implementação e revisão. Agradeceu a todos. Com a palavra o secretário que Marcelo Manara interveio antes da apresentação de Alexandre Anacleto, lembrando um ponto importante no contexto do tema a ser discutido: originalmente, essa pauta era tratada no Conselho Municipal de Saneamento, vinculado à Secretaria de Manutenção da Cidade. De comum acordo entre as plenárias dos dois colegiados, ocorreu a fusão com o COMAM, incorporando uma Câmara Técnica permanente de Saneamento. Por isso, o assunto tem assento legítimo no COMAM, em decorrência dessa fusão acordada e já assentada em lei, conforme decisão de ambos os colegiados. Presidente Angela passa a palavra para Alexandre Anacleto, diretor financeiro do município, que cumprimentou os presentes e agradeceu o espaço para apresentação. Explicou que Teles e Nassur haviam conversado com ele, e que também participou de reunião com Secretário Marcelo Manara, a pedido de virem esclarecer como o recurso da Sabesp era utilizado no município, sua base legal, a incorporação ao fundo, e as mudanças no contrato do programa da Sabesp que passou por várias alterações internas e hoje está configurado de forma diferente. No contrato programa extinto, havia previsão de três repasses da Sabesp ao município: um deles, 5% da receita corrente líquida das tarifas arrecadadas localmente, transferidos mensalmente à prefeitura, conforme item 2.2.3 do anexo de avaliação econômica e financeira (o contrato principal não menciona isso explicitamente). Os itens 2.4 e 2.5 tratavam de outros recursos com destinação específica: aplicação em políticas públicas ambientais e recuperação urbana (2.4), e recompra de ações da Sabesp (2.5). Diferentemente desses, os 5% da receita corrente líquida não tinham destinação vinculada; o município os absorvia no Tesouro e utilizava discricionariamente, sem direcionamento obrigatório a saneamento ou áreas afins. Alexandre Anacleto confessou que, ao



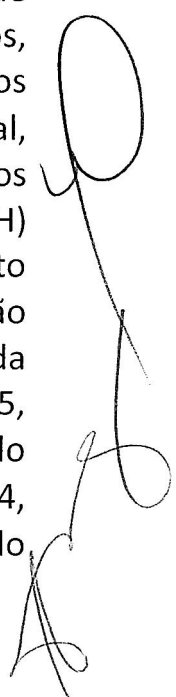
ingressar na prefeitura e trabalhar na tesouraria, questionou o recurso, pois havia entendimento de que o município investia mais em saneamento do que recebia desses 5%, justificando sua liberdade de uso; pesquisas posteriores confirmaram a ausência de vinculação legal, tornando desnecessária tal condição. Apresentou ao conselho trecho da lei complementar que autoriza o convênio com a Sabesp, reproduzindo os itens contratuais. Trouxe um quadro comparativo de arrecadação dos 5% da Sabesp versus despesas municipais e selecionou dois tipos principais (pagamentos à própria Sabesp e gestão de resíduos sólidos-PMGIRS), embora pudesse incluir drenagem ou galerias pluviais; no plano de saneamento, há quatro frentes, mas focou nessas por relevância. Arrecadação atual: cerca de R\$ 17 milhões anuais (dado de 2014 defasado, pois Sabesp interrompeu repasses em setembro de 2024 e retomou recentemente, após adequações municipais como adesão ao FUMCAM, conforme explicado por Manara). Demonstrou que despesas com Sabesp já consomem boa parte dos recursos recebidos, e ampliando para PMGIRS, o município gasta muito mais do que arrecada. Assim, o recurso da Sabesp, agora no COMAM via FUMCAM, pode ser aplicado em tais serviços, pagamentos à Sabesp, PMGIRS ou outras necessidades julgadas pertinentes, conforme o quadro ilustrando aplicações nas vertentes do plano de saneamento. Secretário Marcelo Manara fez alguns acréscimos à apresentação, agradecendo a Alexandre Anacleto. Lembrou que os quatro eixos apresentados correspondem aos eixos da Política Nacional de Saneamento Básico, atribuídos aos municípios e às empresas concessionárias ou contratadas, conforme a legislação federal. Destacou que, arredondando as entradas de recursos, eles representam cerca de 10% do esforço financeiro municipal em ações correlatas a essas pautas. Explicou que a questão foi resolvida no momento transitório decorrente do processo de privatização da Sabesp, que trouxe novas regras, exigindo assento legal para recebimento dos recursos em um fundo municipal. A opção de criar um fundo do zero foi descartada em favor da adesão ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMCAM), já reconhecido, dinâmico, histórico e com mecanismo de controle social previsto nas funções do conselho gestor, legitimando seu funcionamento e aplicação de recursos com transparência, segurança jurídica e processo participativo. Assim, os recursos foram direcionados ao FUMCAM, por decisão do prefeito Anderson Farias. Na chegada desses recursos ao FUMCAM, priorizaram-se pleitos recorrentes do COMAM: a consultoria para o PMGIRS será custeada por esse depósito da Sabesp; as comemorações dos 20 anos do Projeto Nascentes, ao longo de 2026; e o programa de desassoreamento



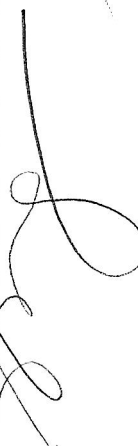
de córregos urbanos, pilotado pela Secretaria de Obras. Secretário Marcelo Manara concluiu que o recurso chega já contribuindo para suprir parte das despesas municipais nos quatro eixos temáticos da Política Nacional, ainda que pequena, e possibilita avanços estratégicos como os mencionados. Presidente Angela considerou a explanação perfeita, destacando que representava um ganho para o FUMCAM e para o COMAM. Ela abriu espaço para perguntas, indagando se alguém desejava se manifestar, inclusive no telão. Nenhuma manifestação passa a palavra para José Nassur, Gestor de Contratos da SEURBS fazer apresentação da demonstração financeira do FUMCAM. José Nassur cumprimentou os presentes e apresentou uma planilha enxuta sobre a arrecadação e despesas do FUMCAM em 2025. Explicou que o fundo iniciou o ano com R\$ 7 milhões e 900 mil em conta, registrando receitas de compensação ambiental, rendimentos de aplicação financeira, repasses da Agência Ambiental, aluguel do galpão Gaivotas e taxas de controle e fiscalização, resultando em saldo de uso de R\$ 11 milhões 790 mil. Desse total, R\$ 10 milhões 235 mil foram aplicados: R\$ 5 milhões e meio como desvinculado (50% do recurso, conforme lei federal) e R\$ 4 milhões 649 mil em projetos aprovados pelo fundo e pelo conselho, como serviços de tomografia, penetrografia, restaurações do Jaguari, manutenção e vigilância do Pinamar. Ao final de dezembro, o saldo disponível era de R\$ 1 milhão 555 mil, valor inicial para 2026 em projetos aprovados ou futuros. Ele prosseguiu com a planilha do FMSE, que começou o ano com R\$ 1 milhão 606 mil, arrecadando R\$ 6 milhões 865 mil do ICMS ecológico e R\$ 459 mil de rendimentos, totalizando R\$ 8 milhões 931 mil. Aplicou-se R\$ 3 milhões 496 mil como desvinculado e R\$ 1 milhão 398 mil em projetos aprovados, deixando saldo de R\$ 4 milhões considerando execuções em andamento, como o Observa (R\$ 13 milhões 900 mil), manejo sustentável (contrapartida FEHIDRO), Visiona e primatas. Somados os fundos, havia R\$ 5 milhões e meio em caixa para 2026, além de futuras arrecadações. Nassur perguntou se havia dúvidas e colocou-se à disposição. Presidente Angela agradece José Nassur e passa a palavra para o vice-presidente Juarez, que cumprimentou os presentes e parabenizou brevemente Nassur e a equipe pelo excelente controle de gestão. Para contextualizar, mencionou um gráfico enviado por Derik à época na secretaria, a pedido do Secretário Marcelo Manara, mostrando a evolução da arrecadação dos dois fundos: de R\$ 54 mil em 2014 para praticamente R\$ 20 milhões atualmente (R\$ 580 mil em 2015, R\$ 500 mil em 2016, R\$ 4 milhões e meio em 2023). Incluindo os recursos da Sabesp, parabenizou publicamente o secretário Marcelo Manara pela condução que elevou de



R\$ 54 mil para cerca de R\$ 20 milhões, viabilizando investimentos em projetos ambientais no município. Presidente Angela considerou a explanação perfeita, destacando que era muito bom e parabenizando a gestão pelo trabalho árduo que viabilizou esse resultado. Ela abriu espaço para manifestações ou colocações de alguém presente. Em seguida, passou à deliberação da plenária sobre a prestação de contas do FUMCAM de 2025 e do FMSE Fundo Municipal de Serviços Ecosistêmicos de 2025, propondo que, se todos concordassem, as contas permanecessem como apresentadas. Nenhuma manifestação contrária, prestação de contas aprovada por unanimidade. Agradeceu José Nassur, pelo trabalho e parabeniza pelo crescimento dos fundos. Secretário Marcelo Manara reforçou os parabéns, estendendo não apenas a Nassur, Teles e toda a equipe da Diretoria de Gestão Ambiental (DGA), mas também à função primordial do Conselho Gestor. Destacou que o trabalho exercido pelos conselheiros legitima a chegada desses assuntos à plenária, já pré-discutidos, com análises pertinentes, cautelas e correções, proporcionando segurança para análise, deliberação e opiniões sobre a utilização dos recursos dos fundos. Ele enfatizou que o Conselho Gestor merece essa deferência, assim como todas as câmaras técnicas, por se tratar de uma atuação voluntária, na qual dedicam parte de seu tempo para engrandecer não só o FUMCAM, mas o próprio COMAM, e para garantir que esses recursos tenham destinação e caminho único voltados à melhoria da qualidade ambiental no município de São José dos Campos. Concluiu parabenizando efusivamente o conselho gestor e a mesa diretora do COMAM. A Presidente Angela anunciou a próxima apresentação da SAVIVER, Sociedade de Amigos da Cidade Vista Verde, chamando Jeferson Rocha e agradecendo-o. Com a palavra Jeferson Rocha, se apresenta como diretor de meio ambiente e sustentabilidade da SAVIVER Sociedade de Amigos da Cidade Vista Verde, entidade de bairro fundada há 49 anos, cumprimentou a presidente, o secretário Marcelo Manara, Teles, os presentes e os participantes virtuais. Antes da apresentação principal, forneceu breve histórico do bairro Vista Verde, esclarecendo equívocos comuns: não se trata de projeto do Banco Nacional Habitacional (BNH) nem criado para funcionários da Petrobras, mas de empreendimento iniciado em 1967 pelo grupo Rockefeller em parceria com a Ibecasa (São Paulo), com entrega das primeiras casas em 1974, antes da instalação da Revap. Estabeleceu analogia com Higienópolis (São Paulo, de 1895, primeiro bairro brasileiro com rede de esgoto, daí seu nome evocando "cidade higiênica") e destacou que Vista Verde, 79 anos depois, em 1974, foi pioneiro no Brasil com TV a cabo. Enfatizou a urbanização planejada do



bairro, com áreas verdes já previstas, beneficiando discussões atuais, todas vivenciadas em sua infância, agradeceu a presença da Benê, moradora antiga representando a comunidade. Prosseguiu à apresentação sobre o temporal de 27 de janeiro de 2026 no Vista Verde, comparado à guerra na Ucrânia: árvores de mais de 50 anos caíram com ventos fortes, expondo raízes a 1,5 metro de profundidade e danificando duas casas (mostradas em imagens, uma na Rua Canadá). Ressaltou que, antes do evento, a SAVIVER participara do plano de governo do prefeito Anderson (página 37, item 15: "revitalizar áreas verdes do Vista Verde e Jardim Satélite, com melhor iluminação"), já alertas sobre a arborização envelhecida, ele próprio, há 51 anos no bairro, brincava nessas árvores aos 9-10 anos. Apresentou pleito respaldado por enquete democrática entre moradores, votação comunitária e ofício ao COMAM: a SAVIVER alertava para gestão urgente da arborização urbana frente a eventos climáticos extremos, solicitando apoio técnico para diagnóstico fitossanitário rigoroso, plano de manejo priorizando espécies nativas resilientes, com segurança jurídica e equilíbrio ambiental. Propôs diagnóstico de condições fitossanitárias e viabilidade de supressão de árvores de risco iminente a pessoas e patrimônio; critérios para substituição/replanteio de espécies urbanas adequadas; plano preventivo de arborização ante mudanças climáticas; estudo para supressão de exóticas/invasoras desequilibrantes. Mostrou ofício do morador Júlio (Rua Trinidad), solicitando supressão de ficus invasor em frente à casa (com protocolos existentes), entregando-o ao vice-presidente Juarez. Justificou com conformidade legal, compensação via plantio, transparência no COMAM e compromisso da SAVIVER em fornecer relatórios. Concluiu pedindo inclusão formal da arborização do Vista Verde no plano municipal de manejo, visando equilíbrio entre preservação e segurança pública. Mostrou pós-evento que a SMC removeu árvores com máquinas na praça Venezuela/Canadá intacta; outra Canadá/Costa Rica aguardando revitalização; praça Costa Rica/Nicarágua similar. Agradeceu em nome do presidente Luiz Humberto, a Alíne da Comunicação e moradores; pediu desculpas pelo comentário anterior sobre Sabesp (problemas de comunicação em obras no bairro, vendo "dinheiro" na menção, citando Benê como testemunha; atribuiu a emoções e agradeceu a oportunidade, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Vice Presidente Juarez agradeceu a Jeferson Rocha pela apresentação, pelo trabalho realizado e aos colaboradores que auxiliaram na elaboração do relatório sobre o Vista Verde. Ele enfatizou que se cuida bem daquilo que se conhece e que, sob essa premissa, o secretário Marcelo Manara lhe incumbiu, em 2019,



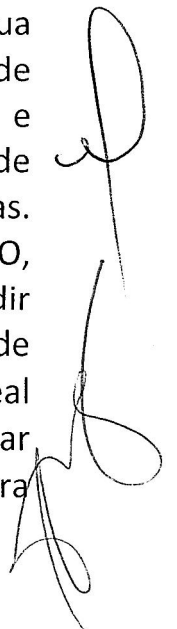
iniciar a implantação do projeto Arboriza São José na cidade, que inclui levantamentos e o programa de saúde das árvores com laudos técnicos. Com base no Plano Municipal de Arborização de 2016 que estimava 80 mil árvores no município, cadastraram 92 mil, prevendo superar 120 mil. A partir daí, passou-se a conhecer melhor o patrimônio arbóreo, coletando informações em campo para cadastro histórico. Lembrou que Vista Verde data de 1973 (52-53 anos), quando era apenas pasto sem Petrobras, ligando-se ao Campo São José por bicicleta, a pé ou a cavalo, com gramado e montículos de cupim. Assim como em Esplanada e outras áreas, árvores foram plantadas sem critério. O município distribuía mudas para calçadas, resultando em eucaliptos, guapuruvus, paineiras espinhosas, mangueiras, jaqueiras etc. Hoje, após experiência acumulada, busca-se revisar o plano decenal anterior com um Plano Diretor de Arborização Urbana, além dos plano nacional, estadual e municipal, abrangendo todos os aspectos em planejamento médio e longo prazo. Não se pode remover árvores indiscriminadamente como exemplo as que levantam calçadas, mas setorizadamente por bairro e região, alinhando levantamentos fitossanitários a ações. Cita como exemplo uma árvore com tomografia mostrando cavidade interna com sobrevida de 2 a 3 anos que pode ser monitorada, prestando serviços até substituição planejada que exige recursos caros em equipamentos e equipe técnica. Na urbanização, árvores tombadas revelam raízes superficiais insuficientes; o sistema radicular, invisível, requer tecnologias avançadas, como teste na Rua Quinze árvore do Cine Palácio com raízes apenas em dois sentidos ou flamboyant de raízes laterais longas sem pivô central, vulneráveis a ventos. Propôs planejamento para 20-30 anos, conhecendo o patrimônio para substituições graduais. Plantar mudas antecipadamente nos locais a suprimir, retirando árvores após porte significativo, sempre com laudos técnicos de profissionais competentes. Convocou sugestões via COMAM e câmaras técnicas para o Plano Diretor, propondo elaboração colaborativa "a quatro mãos" com poder público, sociedade civil, conselhos e Conselho de Desenvolvimento Rural abrangendo zona rural com seus problemas. Visou concluir em 2026 a revisão do Plano Municipal para o Diretor, com participação social. Presidente Angela agradeceu Jeferson e Juarez e passou a palavra para doutora Fernanda Fowler, representando a OAB de São José dos Campos, que cumprimentou os presentes. Explicou que Jeferson Rocha havia incumbido a Câmara Técnica de Arborização de realizar um estudo de caso sobre o Vista Verde, mas não foi possível devido a outra demanda prioritária que era a lei de extração de espécies exóticas. Realizou o estudo pessoalmente e como Fernanda, da OAB, e



não em nome da Câmara Técnica, reforçando pontos essenciais para o Conselho Municipal de Meio Ambiente. O primeiro ponto para reflexão coletiva, como sociedade e conselho, seria equalizar os serviços ecossistêmicos prestados pelas árvores urbanas com os riscos e malefícios dos eventos climáticos, nova realidade inescapável. É preciso separar o joio do trigo. Há reclamações triviais como folhas na piscina, problemas como varrição que impede plantios, e árvores realmente perigosas que precisam ser retiradas. A literatura científica demonstra inequivocamente que os benefícios ecossistêmicos superam amplamente os malefícios, comprovado pela ONU e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas destaca a ampliação da cobertura vegetal urbana como estratégia mais eficaz e econômica para reduzir emissões de carbono e aumentar resiliência climática municipal. O município se orgulha e com razão de buscar resiliência climática, mas, para enfrentar mudanças climáticas, precisa de mais cobertura verde, não menos, alinhando discursos. Regulação climática e sequestro de carbono são cruciais: árvores sequestram carbono durante todo o crescimento, inclusive as maduras acima de 50 anos; ao suprimidas, liberam-no na decomposição, criando problema de carbono a equacionar. Controle hidráulico e prevenção de desastres ocorrem pela interceptação de chuva na copa, infiltração radicular no solo e redução de escoamento superficial/enchentes. Qualidade do ar e saúde pública beneficiam-se da retenção de poluentes essencial no Vista Verde, vizinho à Revap e Dutra, projetado com áreas verdes para mitigar poluição. Concluiu que árvores, apesar de impactantes em eventos climáticos, são vitais para atenuar/mitigar consequências; o problema não é sua existência, mas falta de manejo, adubação e podas técnicas inadequadas, comuns pela cidade. Jeferson Rocha pediu esclarecimento a doutora Fernanda Fowler, desculpando-se por ter se perdido no início e perguntou se ela se referia à lei de espécies exóticas invasoras, em todo o contexto dessa legislação, ou se havia começado a falar especificamente sobre espécies exóticas. A conselheira Fernanda Fowler esclareceu a Jeferson Rocha que não se referia à lei de espécies exóticas invasoras em si, mas ao estudo de caso sobre o Vista Verde, que a Câmara Técnica de Arborização não pôde realizar por falta de tempo devido à priorização da legislação sobre exóticas, embora ela o tenha feito pessoalmente no final de semana, das 16h às 18h de domingo. Reconheceu eventos climáticos extremos intensificados, mas destacou problemas como anelamento, compactação de solo e sufocamento, que exigem revisão antes de supressões

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'P' at the top, followed by a vertical line that curves into a loop at the bottom, ending in a small flourish.

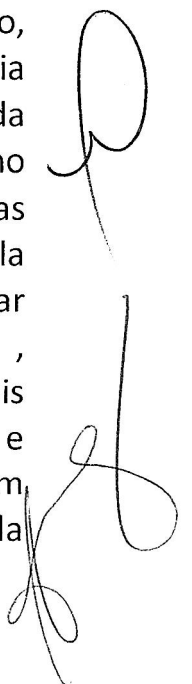
indiscriminadas. Concordou com Juarez que a melhor abordagem é uma política pública técnica de arborização para mitigar riscos. Pesquisou árvores inapropriadas de grande porte próximas a residências, soluções baseadas na natureza, em pauta na Câmara Técnica de Arborização e pontuar árvore por árvore, priorizando jardins de chuva sobre supressões. Mencionou "floresta de bolso" e proteção de extratos, prometendo entregar o estudo à Câmara Técnica para retorno ao Conselho. Refletiu sobre substituição de árvores velhas, termo que a incomoda, vendo-as como seres vivos, comparando à rotulação humana superficial. Árvores maduras sequestram mais carbono que novas, que demoram anos para compensar o estoque perdido; é preciso repensar dinâmicas para plano adequado, não superficial, alinhado à resiliência climática almejada pelo município. Colocou-se à disposição como membro da Câmara Técnica, confiante na colaboração dos demais. Finalizou agradecendo. Jeferson Rocha concordou com Fernanda Fowler, parabenizando-a e afirmando estarem do mesmo lado na visão positiva da arborização urbana. Esclareceu que não pretendem retirar árvores idosas das ruas, pelo contrário, mantêm-nas por seu maior sequestro de carbono via copa, formação do tronco e caule. Informou estar em andamento trabalho de medição de sequestro de carbono em parcelas nos Parques da Cidade e do Cerrado, em parceria com a USP, integrando o estudo maior sobre o tema. Reafirmou estarem alinhados na defesa da arborização. Com a palavra o secretário Marcelo Manara, que parabenizou primeiramente a SAVIVER pelo uso dos mecanismos dos colegiados como entidade representativa de bairro, pedindo a Jeferson Rocha que comunicasse à diretoria inteira, seria ideal que associações de bairro abraçassem conselhos municipais como Meio Ambiente, Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano, especialmente na composição e renovação, quando é difícil encontrar entidades legitimadas com documentação em dia e diretoria regular tudo voluntário. Elogiou a SAVIVER por sua participação, dedicação, opiniões, críticas e soluções, essência de associações de bairro. Destacou como enriquecedor os pontos e provocações trazidos. Agradeceu em seguida à Câmara Técnica de Arborização por revisar posição sobre a lei de espécies exóticas invasoras. O Brasil é signatário de acordos internacionais desde 1992 (Rio-92/ECO, Convenção sobre Diversidade Biológica). No seu artigo 8 manda impedir introdução, controlar e erradicar espécies ameaçadoras de ecossistemas/habitats, estrutura global de biodiversidade em Montreal 2022, Convenção Internacional de Proteção às Plantas, Convenção Ramsar de Áreas Úmidas, Convenção da ONU sobre Direito. São pactos para



erradicação de invasoras, segunda maior causa de degradação de habitats no mundo. Defendeu enfrentar o tema na área urbana e rural, citando histórico do pinus em São Francisco Xavier, cuja remoção foi descontaminação biológica, apesar de degradações iniciais. Perguntou se a Câmara Técnica finalizara o trabalho para trazer à plenária, restando discutir discricionariedade na inclusão de espécies por portaria necessária para surtos rápidos (ex.: caramujo), sem tempo para lei, ancorada em lista federal do Ibama, evitando arbítrio. Exemplo hipotético é o mexilhão dourado/amarelo na Bacia do Paraíba do Sul já é problema declarado. Considerou a lei essencial para maturidade municipal, parabenizando SAVIVER e Câmara Técnica. Secretário Marcelo Manara complementou, destacando a importância do ponto levantado por Fernanda Fowler. Lembrou que o município já possui o Plano Diretor de Infraestrutura Verde e Soluções Baseadas na Natureza, elaborado em parceria com a FCTH-USP, consolidado como política pública. Informou estar em elaboração o Manual de Sustentabilidade para Loteamentos, estendendo a metodologia do Manual de Sustentabilidade, primeiro da América Latina, incorporado ao Código de Obras em 2022 com o Green Building (construção sustentável), que já certificou 115 edificações acima de 500 pontos com o selo "São José Sustentável". Essa mesma abordagem será trazida ao COMAM para aprovação de parcelamentos de solo em loteamentos, induzindo, via política pública, o uso de infraestrutura verde e jardins de chuva, biovaletas e soluções baseadas na natureza como condição para aprovação. Assim, tornar-se-á política pública municipal. Jeferson Rocha respondeu rapidamente a Fernanda Fowler, esclarecendo que no Vista Verde nunca se falou em "passar motosserra" nas árvores, pelo contrário, ele cresceu com elas, subindo e brincando nelas, e o episódio foi uma grande dor no coração. Alinhou-se à visão de Juarez sobre plano de 20-30 anos e destacou avanço desde 2006, quando o ex-secretário André Miragaia proibiu plantios em área pública por cidadãos, reduzindo problemas atuais. Reconheceu a defesa apaixonada dela, mas relatou morar em local arborizado no Vista Verde, primeiro bairro a receber poda preventiva, onde há demanda reprimida por medo das árvores. Contrapôs elegantemente, que vindo do movimento ambientalista ("privatizar o lucro e socializar o prejuízo"), o desafio agora é o inverso, socializar o lucro ambiental e privatizar o prejuízo, pois duas famílias ficaram sem teto após o temporal (uma amiga do filho dele, agora separadas), causando profunda emoção. Desculpou-se pelo tom e agradeceu. Presidente Angela agradeceu a Jeferson Rocha e à SAVIVER pela participação. Antes de passar a palavra, observou que os comentários

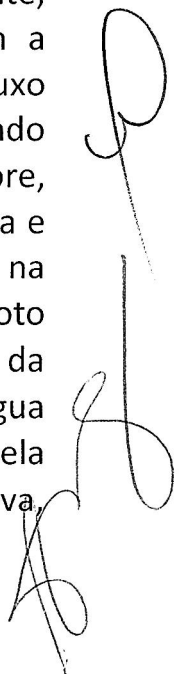


pareciam antecipar o próximo tema e propôs ouvir primeiro a apresentação do doutor Teles sobre a minuta de lei de espécies exóticas invasoras, continuando os debates em seguida. Concedeu a palavra ao doutor Teles, que cumprimentou os presentes e explicou que o tema foi incluído na pauta porque se esperava finalizar a minuta na última reunião da Câmara Técnica de Arborização Urbana, mas ainda restavam tópicos com dúvidas e esclarecimentos pendentes. Sugeriu apresentar a minuta para conhecimento geral com as propostas discutidas essa semana na Câmara Técnica. Trata-se de proposta de lei para viabilizar a supressão de espécies exóticas invasoras, com lista em discussão (taxativa ou baseada na do Ibama), sem compensação ambiental para as excluídas ponto ainda em debate. Convidou membros da Câmara Técnica de Arborização a manifestarem-se sobre o discutido, pois ele não integra o grupo. Com a palavra a conselheira Fernanda Fowler que parabenizou a prefeitura por submeter a legislação à análise do grupo, considerando essencial que o órgão técnico, dedicado aos estudos, participe ativamente. Relatou que a lei chegou em dezembro com apenas cinco dias para análise; o grupo revisou em prazo exíguo, enviando devolutiva com perguntas e dúvidas não respondidas a tempo, possivelmente pelo recesso, sugerindo prazos maiores para devolutivas e iterações futuras, o que qualificou como muito positivo. A Câmara realizou análise profunda da legislação, definindo o viável e inviável: inicialmente, defendeu rol taxativo exclusivo para espécies exóticas invasoras (não apenas exóticas), estudando impactos das invasoras versus não invasoras e ajustando o projeto. Contudo, a devolutiva de dezembro não permitiu fechar a minuta final, prevista para 13h30 do mesmo dia, mas não entregue. Solicitou extensão de prazo para a próxima reunião do COMAM, visando apresentar minuta final discutida, embasada e com votos individuais dos membros, agradecendo a oportunidade. O conselheiro Marcelo Godoy complementou a discussão, esclarecendo que a lista do Ibama possui aprovação legal, portaria específica e método técnico para seleção de espécies invasoras, com toda normativa associada, incluindo atualizações regulares. Ressaltou que no âmbito nacional e diversidade, abrangendo espécies não encontradas localmente, aquáticas e da fauna, além de flora. A Presidente Angela considerou a discussão perfeita e destacou a importância de comunicar melhor à população, explicando termos como "descontaminação", conversando com o Secretário Marcelo Manara, aprendeu-se isso, pois muitos veem apenas "uma árvore", ignorando danos à fauna, flora e outras implicações. Enfatizou que conselheiros do COMAM devem elucidar a verdade tecnicamente, evitando politização indevida da

A large, stylized handwritten signature in black ink, located on the right side of the page, overlapping the end of the text.

situação, missão do conselho em levar informação clara à população. Definiu o próximo passo de fechar a minuta com a Câmara Técnica, doutor Teles e equipe dedicada, trazendo-a finalizada à próxima plenária. Presidente Angela passa a palavra para a munícipe senhora Maria Benedita Dias Chaves, moradora do Vista Verde que relatou que o bairro enfrentou grande problema recente com a queda de árvores, danificando casas e gerando medo generalizado de ficar sem floresta ou árvores. Enfatiza a situação instalada da devastação visível entre as Ruas Costa Rica e Canadá, onde pedestres exclamam desespero com replantio pendente, das árvores. Questionou quando retomar conversa com a prefeitura, o que será feito, prazos e o responsável. Considerou urgente uma reunião e pediu orientação para população do bairro Vista Verde. O vice-presidente Juarez informa que já assumiu compromisso pré-conversado com Jeferson Rocha de marcar reunião específica para o Vista Verde, definindo novos locais de plantio e cronograma detalhado. Explicou que a Secretaria de Manutenção da Cidade está sobrecarregada por temporais frequentes e chuvas excessivas que causaram deslizamentos, casas em risco e alagamentos, como dois ou três pontos recentes na estrada Juca de Carvalho na Zona Norte, uma novidade para ele. Pediu paciência para organização, pois a equipe é enxuta e depende do secretário Bruno para plantios que já está no radar. Garantiu atendimento a todos assim que possível. A Presidente Angela passa a palavra para a conselheira doutora Fernanda Frois, que aproveitou a presença da doutora Fernanda Fowler na plenária, informou que, por compromisso de doutorado com aulas às quintas-feiras à tarde neste semestre, não participará mais das plenárias, mas já conversou com a suplente Fernanda Fowler, que representará bem. Como aulas iniciam no próximo mês, participou remotamente; agradeceu o tempo dedicado e espera retomar no próximo semestre, continuando no grupo como representante da OAB e no CONFICS à disposição para contribuir de outras formas. A Presidente Angela agradeceu à doutora Fernanda Frois, desejando-lhe boa sorte nos estudos do doutorado neste semestre e expressando respeito e consideração por sua contribuição passada e futura. Em seguida, passou à apresentação para deliberação do Projeto de Acessibilidade e Preservação das Árvores, chamando Débora Redondo, que se apresenta como arquiteta da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), junto com Luiz Alexandre, presente na plenária, também arquiteto da assessoria especial de projetos estratégicos, que apresentará o projeto desenvolvido na secretaria para acessibilidade e preservação das árvores nas regiões da Vila Adyana, Vila Ema e Jardim Apolo. O projeto surgiu de situações comuns na cidade,

como árvores em calçadas urbanas que impedem ou dificultam a passagem de pedestres, gerando problemas de acessibilidade, exemplos mostrados em fotos, onde árvores ocupam parte ou toda a calçada. Focou inicialmente nessas regiões para garantir acessibilidade a todos os pedestres, preservando as árvores em seus locais com espaços adequados para manutenção. Realizou-se diagnóstico completo, caminhada por todas as ruas das áreas, fotos de árvores problemáticas, incluindo aquelas avançando no asfalto, mesmo sem bloquear pedestres totalmente, levantamento de situações de acessibilidade comprometida. Para cada árvore, adotou-se solução personalizada baseada em seis tipologias padrão, adaptáveis por dimensionamento e características específicas. As árvores ocupando boa parte da calçada, mas contida nela e a solução, ampliar calçada desviando para área de estacionamento, com pedestre passando pela frente; maior jardim ao redor para absorção de água, plantio de espécies complementares que embelezam e auxiliam raízes. A tipologia dois, similar à primeira, mas com árvores próximas em sequência na quadra, a solução seria o avanço extenso de jardim contínuo evitando picotes de avanço/recuo, transformando trecho de calçada em jardim, preservando guias rebaixadas para acesso veicular entre árvores. Na tipologia três Débora Redondo explicou que essa tipologia segue a ideia da primeira, mas aplica-se a árvores entre guias rebaixadas de garagens ou estacionamentos em recuo. A solução envolve avanço da calçada garantindo acesso veicular. A tipologia quatro, para árvores que danificaram a calçada (elevando-a), mas ainda contidas nela, propôs elevar a calçada como rampa: remove-se concreto ou piso entretravado, criando jardim na faixa de serviço para infiltração de água. O pedestre passa sobre a raiz e retorna ao nível normal da calçada. A tipologia cinco, onde o pedestre passa bem entre árvore e lote, mas raízes invadem o asfalto: reforma-se a calçada para acessibilidade plena; na frente, substitui-se pavimento por jardim de chuva com guia-chapéu com a abertura para sarjeta drenar água abaixo do asfalto, nutrindo raízes; fluxo excessivo segue por guia oposta. Na tipologia seis as árvores ocupando calçada e invadindo rua, combina avanço de calçada para frente da árvore, em vaga de estacionamento com jardim de chuva para absorção hídrica e proteção de raízes/tronco no sistema viário. Projeto piloto implantado na semana anterior testou primeira solução, descreveu o projeto piloto implantado na semana passada na Rua Paulo Setúbal com o avanço da calçada onde permitiu passagem do pedestre; guia-chapéu direciona água da sarjeta ao jardim de chuva abaixo do asfalto, na área invadida pela árvore. Ampliaram-se laterais com terra e espécies plantadas; em chuva,

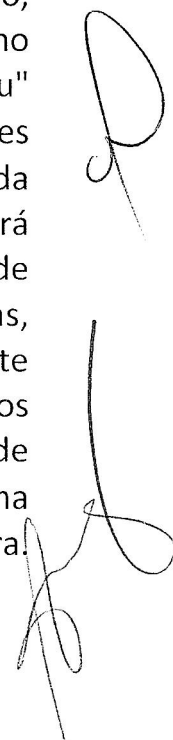


água infiltra no jardim e o excedente segue drenagem urbana, nutrindo raízes e garantindo acessibilidade. Obra recente inclui piso podotátil pendente e ajustes menores, validando a proposta. Num escopo geral informou que foram identificadas em torno de 88 pontos de melhoria em obras individuais nas regiões da Vila Adyana e Vila Ema, abrangendo múltiplos bairros, preservando cerca de 100 árvores. Algumas tipologias cobrem várias em um projeto. Como exemplo é a raiz quebrando guia original substituída por jardim frontal. Debora informa que a Secretaria de Mobilidade propõe usar esse projeto para quitar débito de R\$ 3,663 milhões em contrapartidas viárias dos projetos Ciclovia do Anel Viário, João Miaci, Bom Retiro e Cajuru. Orçamento estimado: R\$ 1,909 milhão em obrigação de execução desses projetos. Em 2026, executariam os 88 pontos de melhoria e cerca de 100 árvores nas regiões da Vila Adyana e Vila Ema, pelo valor estimado de R\$ 1,909 milhão. E nos anos seguintes (2027, 2028 e 2029), utilizariam o saldo remanescente para ampliar o projeto a outros bairros, especialmente os mais antigos onde o problema é recorrente. O objetivo é garantir acessibilidade plena nas calçadas via prioritária e segura para pedestres sem perder as árvores existentes, harmonizando preservação e mobilidade urbana em toda a cidade. Finalizou agradecendo a atenção de todos. Com a palavra o secretário Marcelo Manara que parabenizou Débora Redondo e toda a equipe da SEMOB pelo projeto, destacando-o como realização de vontade antiga da prefeitura, em conjunto com DPAV e DGA, para mudar conceitos sobre o espaço das árvores. Enfatizou que o projeto oferece espaço digno e tecnicamente recomendado para crescimento arbóreo, resolve acessibilidade sem prejudicar as árvores, sacrificando vagas de estacionamento, uso questionável de espaço nobre urbano e representa salto qualitativo na adequação da cidade. O projeto harmoniza acessibilidade direito universal a calçadas dignas com qualidade de vida (árvores como equipamento de saúde pública), alinhando-se perfeitamente. Ressaltou que recursos de contrapartidas viárias vêm via licenciamento da Agência Ambiental, calculados e recebidos pelo FUMCAM, controlado pelo COMAM. A proposta da SEMOB é mais eficiente que licitar via fundo, evitando tempo e riscos, convertendo pecúnia em obrigação de fazer, entregando benefício direto à sociedade. Aproveitou para anunciar estratégia municipal de fiação subterrânea, determinada pelo prefeito Anderson para tornar São José referência: Rua Quinze já executada; Cassiano Ricardo como próximo. Que no dia seguinte terá reunião com a EDP e Secretário Bruno para parceria; novos loteamentos como exemplo Parque Una. Citou investimentos massivos em

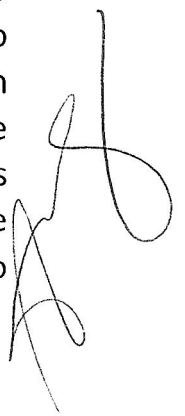


São Paulo para resiliência climática, pois tempestades derrubam árvores feridas por fiação. Equacionam custos via desoneração tributária e importação, discutida com vice-governador Felício. Presidente Angela passa a palavra para o conselheiro Rodolfo Venâncio da SEURBS, que parabenizou inicialmente a SEMOB, representada por Débora Redondo e Luiz Alexandre, por projeto fantástico discutido há tempo com o Secretário Marcelo Manara, questionando por que não avançar sobre vagas ociosas. Seu comentário focou na tipologia quatro, alertou que implantação de rampas pode gerar recorrência de manutenção, pois a árvore crescerá e degradará a calçada em 6 meses a 1 ano; sugeriu aproveitar vaga ociosa já nessa tipologia para evitar isso. Débora Redondo esclareceu que a tipologia quatro aplica-se a locais onde a raiz elevada não é tão pronunciada, apenas "um pouco", evitando recálculo imediato da calçada, que se degradaria em um mês. Nesses casos, a rampa dá folga à árvore viva (crescimento imprevisível), postergando problemas; para raízes mais avançadas e quebradiças, optou-se por avançar a calçada à frente, eliminando riscos de recorrência. Com a palavra a conselheira Fernanda Fowler da OAB, parabenizou efusivamente Débora Redondo e equipe pelo "lindo projeto", muito reivindicado na cidade para preservar árvores enquanto garante acessibilidade. Destacou que fará enorme diferença na visão urbana e qualidade de vida dos joseenses, demonstrando compromisso municipal com a arborização. Perguntou se algum esquema inclui uso de gradil. Ofereceu sua casa como candidatan onde tem três árvores na frente, duas acácias avançando na rua que necessitam de jardim de chuva; rua com vagas ociosas torna viável; tirou fotos ao ver o projeto e dispõe-se a colaborar para incluí-las. Com a palavra o munícipe Juan do " De Olho nas Árvores", que parabenizou a equipe pelo projeto, descrevendo-o como "de se encher os olhos" reivindicação antiga do grupo. Fez duas perguntas principais. Questionou se árvores já laudadas para supressão por impossibilidade técnica de manutenção de passeio terão laudos revogados. Citou exemplo recente na Travessa Felipe Camarões no bairro Jardim Esplanada Dois, onde duas árvores saudáveis foram removidas apenas por esse motivo, conforme laudo e indagou se haverá estudo para evitar interferência no sistema radicular das árvores durante aterramento de fiação, procedimento invasivo no asfalto e calçadas, problemático em bairros arborizados. O vice-presidente Juarez esclareceu que as árvores não são laudadas para supressão por problemas no sistema radicular. Em São José dos Campos, aboliu-se a prática de corte de raízes, comum antigamente; laudos podem citar obstáculos incontornáveis ou estado fitossanitário ruim, mas não

raízes em calçadas, caso contrário, praticamente todas as árvores do Esplanada seriam removidas, pois estão nessa situação. Secretário Marcelo Manara respondeu sobre o aterramento de fiação, reconhecendo sua complexidade não só radicular, mas infraestrutura fragmentada. Anunciou segunda rodada técnica amanhã com EDP; sinalização já confirmada com Sabesp (drenagem pluvial); reuniões com Congás para projetos unificados. Que, consultou especialistas de empresa com 15 anos de experiência operando localmente e secretária de Curitiba para operacionalização menos invasiva menos invasão reduz custos. Que, o Prefeito Anderson definiu São José como referência nacional. Que, participação do seminário SBAU em Campo Grande em abril, apresentando case local sobre "árvores versus fios". E, o resultado de uma arborização qualificada, sem conflitos, mais resiliente a tempestades, reduzindo quedas e ansiedade pública. Que, o custo é de R\$ 4 milhões/km em áreas novas, loteamentos; R\$ 7 a 9 milhões /km em consolidadas, transformadores etc. A estratégia viabiliza via demanda de mercado, que tenderá a reduzir valores. A presidente Angela passa a palavra para o munícipe Lucas Lacaz, que fez uma ressalva, "esperando que o projeto não repita o ocorrido na Rua Quinze, onde nenhuma árvore foi replantada após a obra nem mesmo os buchinhos ilustrados na proposta original". Secretário Marcelo Manara confessou que também admitiu surpresa negativa ao ver o resultado final da Rua Quinze e concordou plenamente com a crítica. Presidente Angela passa a palavra para a conselheira Fernanda Frois, que questionou Débora Redondo sobre as espécies plantadas no jardim de chuva do projeto piloto, solicitando esclarecimento. Observou que, pela tela, pareciam ser Espada de São Jorge e perguntou se estava equivocada, acrescentando se essa espécie não seria venenosa. Débora Redondo confirmou que, no projeto piloto, plantou-se Espada de São Jorge, após consulta ao engenheiro agrônomo responsável pela jardinagem da Urbam. Admitiu que Fernanda a "pegou" nessa escolha inicial e informou que estão revisando as espécies selecionadas considerando alturas, larguras e implantação final observada no piloto, para ajustes nos próximos projetos; provavelmente, não será mais usada. Doutora Fernanda Frois reforçou a preocupação com o uso de espécies venenosas como a Espada de São Jorge em áreas públicas, considerando perigoso para a população. Mencionou, ainda, um incidente presenciado hoje próximo à sua residência onde a EDP instalava novos fios em postes após furtos de cabos, sugerindo que o aterramento pode mitigar esses problemas recorrentes e justificando sua inclusão na planilha de custos, conforme apontado pelo secretário Marcelo Manara.



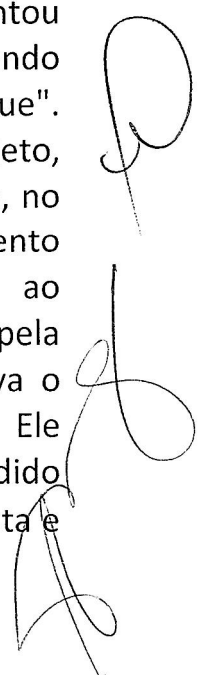
Presidente Angela elogiou o projeto de acessibilidade e preservação das árvores apresentado pela SEMOB, destacando sua inteligência na aplicação dos recursos para evitar perdas e beneficiar a população. Enfatizou os aspectos psicológicos e de qualidade de vida, como transformar a percepção negativa das árvores em admiração pelo espaço revitalizado. Passou para deliberação, projeto aprovado por unanimidade, com parabéns e palmas aos envolvidos a Débora, Luís Alexandre e secretário Glaucio. Passou a palavra para o conselheiro Jeferson Rocha da CT Energia, apresentar o Estudo e Valores para o Inventário Energético de São José dos Campos. Jeferson Rocha, representando a CT Energia (Câmara Técnica de Energia do COMAM), iniciou a conversa, e fará a apresentação do tema do inventário energético municipal. Ele relembrou as datas principais, em 22 de outubro de 2025, apresentou a proposta à CT Energia; em 23 de outubro, obteve aprovação na plenária do COMAM; em 13 de novembro, a matéria foi publicada no jornal "O VALE" com o texto (COMAM aprova a elaboração do Inventário Energético), com crédito ao jornalista Xandu; e em 20 de fevereiro de 2026, a plenária da CT Energia aprovou a apresentação final, após trabalhos em dezembro, janeiro e fevereiro. Jeferson explicou que o estudo surgiu após as audiências públicas sobre a termoeletrica de Caçapava. Como vice-presidente do COMAM à época, ele e a equipe diagnosticaram a ausência de informações sobre energia no estado de São Paulo, na região e em São José dos Campos. Isso serve de base técnica para a transição climática do município, que é referência em tecnologia e indústria de alta complexidade, mas enfrenta pressão na infraestrutura elétrica urbana com ônibus elétricos em circulação, a Linha Verde e a necessidade de planejamento integrado frente às mudanças climáticas. Ele destacou a relevância estratégica do inventário; diagnóstico energético setorial (mapeamento de consumo residencial, industrial, comercial, transportes e poder público); subsídio técnico para o Plano Municipal de Mitigação Climática; base para captação de recursos nacionais e internacionais; e estruturação de políticas de eficiência energética e inovação. No contexto municipal, São José dos Campos tem cerca de 730 mil habitantes, economia elevada e intensidade energética devido à presença industrial e tecnológica, demandando planejamento estruturado para sustentar o desenvolvimento. Sobre o custo, Jeferson mencionou pesquisas em órgãos como CONSEMA, SEMIL, EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), revelando que inventários energéticos municipais não existem no Brasil. São Paulo importa 60% de sua energia via malha nacional, justificando a estruturação local. O custo



estimado para a fase inicial é de R\$ 950 mil a R\$ 1,25 milhão, dividido em: Fase 1: Planejamento metodológico e governança técnica- R\$ 230 mil; Fase 2: Coleta e consolidação de dados estratégicos- R\$ 460 mil; Fase 3: Modelagem e plataforma de monitoramento- R\$ 380 mil; Fase 4: Validação técnica e relatório para políticas públicas- R\$ 180 mil. Jeferson Rocha sugeriu avaliar viabilidade de financiamento via FUMCAM, compatível com estudos ambientais, como ferramenta de mitigação climática, planejamento estratégico e monitoramento, integrando diretrizes da Cidade de Carbono Neutro. Os benefícios institucionais incluem: redução de ineficiências e custos energéticos públicos; fortalecimento da governança climática local; elegibilidade a fundos internacionais; planejamento de arborização urbana integrado à matriz energética; e posicionamento como polo de inovação energética regional. Os encaminhamentos propostos ao COMAM foram: reconhecimento do inventário como prioridade estratégica; autorização para estruturação técnica detalhada e análise de financiamento via FUMCAM; e constituição de grupo técnico multidisciplinar, pleiteado pela CT Energia. No encerramento, Jeferson afirmou que o inventário constitui instrumento estruturante de governança para planejar a transição energética, com base técnica, eficiência econômica e responsabilidade ambiental. Com a palavra Secretário Marcelo Manara que parabenizou a Câmara Técnica de Energia e Jeferson Rocha, entusiasta do tema. Ele destacou uma aplicação prática iminente e uma notícia importante para o COMAM com a adesão ao programa Cidade de Carbono Neutro, já apresentado anteriormente, teve lançamento em coletiva de imprensa. São José dos Campos será o primeiro município com carbono neutro, creditação e auditoria internacional reconhecidas. Secretário Marcelo Manara informou a criação da Divisão de Sustentabilidade Empresarial, já em funcionamento. Lívia Corrêa, engenheira ambiental conhecida dos presentes que atuou na estrutura da SEURBS e passou dois anos no Comitê de Bacias da AGEVAP, em Resende, retornou para liderar o processo. Dentro desse departamento, decidiram ações práticas para dialogar com empresas. A primeira, comunicada ao COMAM, é conversar com setores que utilizam geradores a diesel cuja localização é desconhecida, reforçando a necessidade de um inventário energético. Secretário Marcelo Manara continuou explicando que a Divisão de Sustentabilidade Empresarial iniciará conversas com três grandes demandantes de geradores a diesel: hospitais, shopping centers e supermercados. Além disso, dialogarão com a CIESP, a ACI e demais entidades relevantes. O primeiro passo do programa Cidade de Carbono Neutro será a conversão desses geradores



poluentes por sistemas de backup de energia baseados em baterias uma tecnologia emergente com emissão zero. Eles terão uma reunião às 17h com fornecedores desses sistemas. Secretário Marcelo Manara recordou sua experiência na COP30, onde geradores a diesel a cerca de 80 unidades poluíam o ambiente entre pavilhões, contrastando com discussões sobre o futuro do planeta e cheirando a diesel. Ele enfatizou a necessidade de espaço para novas tecnologias, como baterias. Esse projeto será apresentado ao COMAM, CMDU e outros fóruns, como primeiro passo concreto do programa. Secretário Marcelo Manara mencionou que noticiou no CONSEMA o esforço de São José dos Campos por um inventário energético, recebendo parabéns de todos pois, como Jeferson destacou, será a primeira cidade do Brasil a realizá-lo. Jeferson Rocha reforçou que São José dos Campos será a primeira cidade do Brasil a possuir um inventário energético municipal desse porte. Ele esclareceu que, embora se saiba o que é produzido localmente como energia solar, que é injetada na rede, o município recebe energia solar do Nordeste, de Itaipu e de outras fontes externas. Secretário Marcelo Manara enfatizou que o inventário energético é estratégico para o município, o estado e o país. Ele alertou sobre a onda de Inteligência Artificial (IA) e os grandes data centers, que serão grandes consumidores de energia. Por isso, é essencial conhecer o panorama, realizar o levantamento e obter um diagnóstico preciso. Jeferson Rocha destacou o princípio de que "o que não é medido não é gerenciado", reforçando a necessidade urgente do inventário energético. Ele resumiu que a proposta está apresentada e aguarda aprovação da plenária, após a Câmara Técnica ter concluído todo o processo nos últimos meses. A apresentação ocorreu na véspera, na reunião da Câmara Técnica com todos os participantes, que a aprovou por unanimidade tanto o valor estimado quanto o conteúdo, cabendo agora à plenária definir o próximo passo. Secretário Marcelo Manara apresentou uma sugestão de encaminhamento para o inventário energético, iniciando sua fala com "Só como sugestão de encaminhamento, porque, o que". Jeferson Rocha esclareceu que se trata da primeira fase do projeto, conforme apresentado em outubro de 2025, quando se anunciou que, no primeiro trimestre de 2026, seria exibida a perspectiva de investimento em produtos energéticos. Secretário Marcelo Manara sugeriu ao presidente que a mesa receba a proposta como produto entregue pela Câmara Técnica (CT) e solicite imediatamente à Secretaria Executiva o agendamento da próxima reunião do Conselho Gestor do Fundo. Ele enfatizou que isso constitui uma entrega formal de produto com pedido de recurso. Presidente Angela confirmou sua compreensão da proposta e

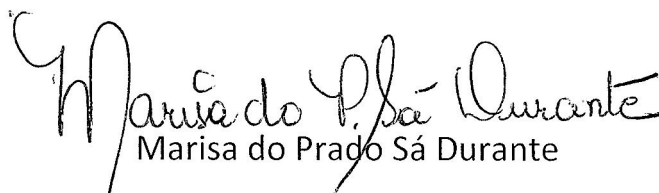
A large, stylized handwritten signature in black ink, located on the right side of the page, overlapping the end of the text.

Jeferson Rocha ratificou. Secretário Marcelo Manara propôs o encaminhamento imediato, sugerindo que a mesa receba o trabalho produzido pela Câmara Técnica. Jeferson Rocha anunciou que, na próxima plenária, serão apresentados todos os detalhes. Secretário Marcelo Manara completou que o material será encaminhado ao Conselho Gestor do Fundo para análise do pedido de recurso. Jeferson Rocha esclareceu que se trata de mais uma etapa no processo, não implicando aprovação imediata com saque de recursos no dia seguinte, mas sim muito trabalho pela frente. Presidente Angela consultou a plenária e todos concordaram em propor o encaminhamento à Secretaria Executiva, para subsequente análise pelo Conselho Gestor do Fundo da proposta e projeto apresentados por Jeferson Rocha e votação, ocorrerá apenas quando o pedido de recurso for formalizado. Nada mais a tratar declarou os trabalhos encerrados, e eu Marisa do Prado Sá Durante, lavrei a presente ata.



Angela A. Lemes de P. Fernandes

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva